

O PATRIMÓNIO ARTÍSTICO MUSICAL DO MOSTEIRO DE SANTO ANDRÉ DE RENDUFE: CONHECER O PASSADO PARA INTERVIR NO PRESENTE.

Elisa Maria Maia da Silva Lessa

Professora Associada, Universidade do Minho, Braga, Portugal
elisalessa@ilch.uminho.pt

RESUMO

O presente estudo descreve a vida musical do mosteiro de Santo André de Rendufe nos séculos XVII e XVIII, identifica o seu património organológico e litúrgico-musical. O conhecimento musicológico que se apresenta procura contribuir para a identificação e caracterização do mosteiro beneditino enquanto espaço de cultura e espiritualidade, propondo-se uma reflexão em torno de possíveis soluções de gestão que não contrariem a sua dimensão patrimonial, histórica e sacra. Como objectivo último tecem-se considerações sobre elementos de história cultural e musical que permitam perspectivar (novas) propostas de valorização e fruição de tão significativo património artístico.

PALAVRAS-CHAVE

História | Património | Arte e Liturgia | Intervenção

ABSTRACT

The present study describes the musical life of the monastery of Santo André de Rendufe in the seventeenth and eighteenth centuries, and identifies its musical heritage. The musicological knowledge aims to contribute to the identification and characterization of the benedictine monastery as a place of culture and spirituality, proposing a reflection on possible management solutions that respect its historical and sacred dimension. Final considerations present proposals for the future of appreciation and enjoyment of this extraordinary artistic heritage.

KEYWORDS

History | Heritage | Art and Liturgy | Intervention

A HISTÓRIA DO MOSTEIRO

A fundação do Mosteiro de Santo André de Rendufe remonta ao século XI. O Patrono do mosteiro parece ter sido Egas Pais de Penegate, que lhe garantiu a prosperidade suficiente para os monges começarem a construir a sua igreja (MATTOSO 1969: 45-106). No século XIV, foi Abade do mosteiro Mestre André Dias. Primeiro, entre 1401 a 1409 e depois, Abade comendatário de 1409 a 1414. Este monge beneditino, nascido em 1348, foi Mestre em Teologia, Canonista, professor universitário e Bispo de Ajácio e de Mégara. Homem de grande erudição e cultura, autor de diversas obras literárias, escreveu em 1435, já no final da sua vida um livro de *Laudes e Cantigas Espirituais*, (códice 61 da Biblioteca Nacional) uma das mais ardentes apologias de música sacra daquele tempo (MARTINS 1951). André Dias, num convite aos *louvores ao Divino*, escreveu:

« [...] vinde ora e vinde todos vos outros confrades e servos da confrarya do boo Jhesu, e commygo estes melodyosos cantares, hymnos, prosas e laudes,

que aquy em este livro conpiley e escrevy a honrra do boom Jhesu, [com] altas vozes cantade, baylade, dançade, orade, tangede, em orgoons, em atabaques, com trobas, com anafiis, com guytarras, com alaudes, e com arrabiis, ante o seu altar [...] orar, dizer e cantar, e com altas vozes bradar, estas prosas, estas cantigas, estes laudes e hymnos e orações escriptas, feytas e compostas per mym pobre bispo, mestre Andre Dias de Lisbõa. E fazede vos outros músicos e cantares devotos de Jhesu, e seus confrades sobre estas cantigas e orações, cantos músicos, contrapontos e chaãos, melodyosos e doces, por que muyto plaz ao senhor Deus Jhesu de o louvardes per vossos cantos [...]» (MARTINS 1951: 17).

Depois de passar por um período de decadência que se fez sentir de um modo geral nas ordens monásticas a partir de meados do século XIV, com a morte do último comendatário, o mosteiro deu início à reforma monástica, restaurando a sua vida conventual.



Fig. 1 - Igreja e claustros do Mosteiro de Santo André de Rendufe (fot. de Sérgio Castro Vale, Universidade do Minho, Seminário de Estudos Musicológicos).

Denominado “casa grande” no século XVIII, pelo papel de relevo que assumiu entre os mosteiros da Congregação Beneditina, o Mosteiro de Rendufe tinha, na segunda metade do século XVIII, dois dormitórios principais com quarenta celas e cerca de 30 monges conventuais¹ (SOUSA 1981: 216). O seu actual templo foi construído nos anos de 1716 a 1719, tendo como Mestre pedreiro, Miguel Fernandes (OLIVEIRA 2006: 159-171). No interior da igreja, apesar da abóbada do Coro ter caído, danificando o cadeiral construído entre os anos de 1719 a 1725, existem ainda obras de talha associadas a Gabriel Rodrigues Álvares, entalhador de Landim, bem como diversas imagens, o cadeiral, caixilhos das janelas e sanefas aplicadas nas paredes da Capela Mor da autoria de Fr. José de Santo António Vilaça. O conjunto de talha setecentista, representativa do primeiro estilo barroco e do estilo rococó subsiste apesar dos estragos sofridos e do violento incêndio que quase destruiu o mosteiro em 1877. Em 1969, Roberto Smith referindo-se ao Mosteiro de Rendufe afirmou: «De todos os mosteiros do Minho o de Rendufe destaca-se, pela nobreza da fachada da sua igreja e

pelo belo quadro que esta forma com o chafariz e as casas setecentistas do terreiro que domina» (SMITH 1969: 7-44). Palco de grande atividade intelectual no passado, o mosteiro contou entre os seus monges com homens de grande erudição e cultura. A existência no mosteiro de um Colégio de Filosofia trouxe a Rendufe monges de prestígio que depois de realizarem os seus estudos se tornaram Mestres da Congregação. Entre os mais ilustres conta-se Fr. Francisco de S. Luís (Cardeal Saraiva) (RAMOS 1967: 3-4). Da actividade intelectual realizada pelo grupo literário de Rendufe formado por oito monges letrados, chegou até nós um manuscrito intitulado *Poezias Lyricas que em Testamento de Gratidão ao Reverendíssimo Padre Mestre Doutor o Senhor Joze Joaquim da Santa Thereza, Preclarissimo Exgeral da congregação Benedictina oferecem Os Pastores d’Arcadia Tibanense, Rendufe, 1790* (BPMP, MS 391).

Os monges tinham erigido em Tibães a Arcádia Tibanense, que apesar de ter tido uma curta existência, adquiriu desde logo prestígio cultural.

A ACTIVIDADE MUSICAL DO MOSTEIRO (SÉC. XVII A XIX)

O papel e acção dos centros beneditinos do ponto de vista cultural, social e económico foram de primordial importância para o desenvolvimento das populações. O seu princípio era o da ocupação constante. As suas obrigações consistiam na celebração do Ofício Divino e na sua preparação para que fosse celebrado com dignidade e esplendor. A liturgia e conseqüentemente o seu suporte musical foi sempre o principal fundamento da vida monástica, sendo a ocupação principal dos monges, como modo de expressão espiritual e meio de identificação da sua existência. A importância que os beneditinos atribuíam à música, e o desenvolvimento que alcançaram neste domínio, permite afirmar que a congregação teve um papel de relevo na história da música sacra em Portugal. A vivência musical nos mosteiros estava organizada de acordo com o quotidiano monástico. A música, presente ao longo do dia na celebração das horas canónicas do Ofício Divino, era assegurada pelos

monges que sem um conhecimento teórico e prático de cantochão não poderiam obter Ordens Sacras. Aos monges especialmente dotados para a música, que haviam entrado para a congregação pela *prenda de canto ou órgão*, era dada uma formação musical específica, que assegurava ao longo da vida monacal um conjunto de funções devidamente regulamentadas. No mosteiro de Rendufe foram conventuais grandes organistas e Cantores da congregação. Em 1673, foi Abade do mosteiro Fr. Rafael de Jesus, músico e professor de contraponto. Entre os anos de 1761 e 1795, de acordo com os *Estados* do mosteiro exerceram funções de Cantor e/ou Organista 19 monges, sem contar com os 15 colegiais que nessa época também exerceram essas funções. Em 1822, eram organistas no mosteiro o Padre Fr. Manuel do Patrocínio e o colegial Fr. Francisco do Rosário. As funções de Primeiro Cantor e Segundo Cantor eram asseguradas respectivamente pelos colegiais

1. Biblioteca Pública Municipal do Porto, (B.P.M.P.), MS 1257, doc.4.

Fr. João de Maria Santíssima e Fr. João de Santa Margarida (LESSA 1989: 184-198). Os monges músicos tinham privilégios próprios que se traduziam na criação de condições e incentivos ao seu trabalho, fruto do reconhecimento dos seus conhecimentos e dons e da importância do serviço prestado à comunidade. O sinal de agradecimento pela música então ouvida manifestava-se no tempo maior de lazer, na dispensa de algumas Horas Litúrgicas, na alimentação especial e nos doces em ocasiões especiais como o Natal, a Páscoa e as festas dos Santos Padroeiros, momento altos de música polifónica, utilizando-se vários instrumentos, destacando-se o órgão com um papel preponderante na liturgia, com seus *Versos*, *Fantasia*s, *Glosas*. As *Vésperas* eram a Hora mais solene do ofício, com seus Salmos e Hinos cantados alternadamente em *cantochão* e *canto d'órgão*. Enquanto as celebrações da Semana Santa, do natal, dos Santos padroeiros, das Festas de S. Bento e as dedicadas a Nossa Senhora assumiam os momentos mais solenes e de intensa actividade musical. O costume de mandar vir músicos de fora em dias de festa era frequente nos mosteiros. Das redondezas vinham até ao mosteiro tocadores de charamelas, que em sintonia com a população celebravam a Festa de S. Bento, de Nossa Senhora do Rosário, dia de Reis, entre outras festividades.

No Mosteiro de Rendufe, à semelhança dos outros mosteiros, havia um conjunto de livros litúrgicos,

destinados ao serviço do altar e do coro. Os livros litúrgicos organizavam-se de acordo com a sua função, formando os seguintes polos: Livros do altar, para a Celebração da Eucaristia; Livros das Horas, Breviário, Antifonário, Livros de Coro; e um último conjunto formado pelos Rituais, Manuais, Pontificais e Cerimoniais. Actualmente apenas se conservam alguns Livros Corais provenientes de mosteiros beneditinos, tornando, por essa razão, a colecção dos livros litúrgico-musicais que actualmente existem na sacristia da igreja do mosteiro, uma preciosidade. Os livros corais litúrgicos foram alvo de uma preocupação constante da hierarquia da congregação, que tudo faziam para que se conservassem em condições perfeitas de utilização. São várias as recomendações dos Visitadores no sentido de se adquirirem os livros próprios para as cerimónias litúrgicas ou de restaurarem os existentes. Aos monges copistas eram dadas todas as condições para a realização do seu trabalho. Entre os anos de 1719 a 1816 há pelo menos seis referências aos livros de Coro do mosteiro. No relatório das *Obras que se fizeram na Igreja, Mosteiro e cerca de Rendufe*, em 1810 ficou registado que

«[...] Estampilhou-se hum novo Livro para o coro, que contem os officios da Semana Santa, as duas Festas do Nosso Santíssimo patriarcha, e varias outras cantorias que não havia, e de que se precisava; fica bem encadernado em bezerro, chapas e balmazias de latão[...]»² (LESSA 1989: 184-198).



Fig.2 · Livros litúrgico-musicais; Igreja do Mosteiro de Santo André de Rendufe (fot. de Sérgio Castro Vale, Universidade do Minho, Seminário de Estudos Musicológicos).

Ao longo da sua existência o mosteiro de Rendufe teve diversos órgãos de diferentes dimensões. A notícia mais antiga que se conhece relativamente a este instrumento data de 1628. Nos anos seguintes os órgãos foram reconstruídos por ordem do Abade. Passados cinco anos o órgão foi restaurado e afinado por um mestre recomendado pelos Visitadores. Em 1653, o Abade Geral da Congregação, Fr. Manuel dos Reis, na visita realizada ao mosteiro referiu-se ao órgão de Rendufe como o melhor de toda a Ordem. A Igreja “nova” do mosteiro havia sido construída no triénio governado pelo Abade Fr. Manuel das Neves. No triénio seguinte, Fr. João de S. Bento completou a obra do seu sucessor, mandado fazer, entre outras coisas, sete novos retábulos. Nos anos de 1722 a 1725 as obras ornamentais da igreja continuaram, decidindo o Abade Fr. Manuel de S. José mandar fazer um novo órgão.

No final do século XVIII, o órgão foi reconstruído e aumentado com vinte e quatro registos, registando o Estadista que «[...] tem merecido a aprovação dos Intelligentes [...]»³ (LESSA 1989: 184-198). Além deste instrumento havia nesta época, pelo menos mais um órgão pequeno e um ou dois manicórdios para estudo dos monges. O último órgão a ser construído no mosteiro, antes da sua extinção obedeceu a um plano de construção desenhado pelo organista Fr. Domingos de S. José Varela, em 1810. O seu construtor foi Manuel de Sá Couto, natural do lugar da Ponte de Lagoncinha. Fr. Domingos de S. José Varela, aproveitando a tubagem, os foles e a caixa do órgão construído em 1795, desenhou o novo órgão, que só viria a ser concluído no triénio seguinte:

«[...] Fica encomendado, quazi feito, e pago hum novo órgão, servindo para elle parte da canaria do velho, foles e caiza conforme hum plano que fez o padre Frei Domingos de S. José Varella: o Mestre hé Manoel de Sá Couto da Ponte da lagoncinha, e não fica assente pelas circunstâncias do tempo o não terem permitido [...]»⁴ (LESSA 1989: 184-198).

A hierarquia da congregação deixou sempre transparecer a grande preocupação em manter os seus instrumentos musicais em perfeito estado de utilização, investindo permanentemente na sua conservação. No mosteiro de Rendufe em meados do ‘século XVIII a obra de talha dos retábulos da Igreja, coro e instrumentos era de tal modo imponente que os comissários do Abade Geral da congregação, na Visita realizada ao mosteiro a 24 de Janeiro de 1758, deixaram a seguinte ordem:

«[...] E porque o douramento dos retabulos desta igreja dos espaldares do coro, e das caixas, e tribunas dos órgãos, se conserve com luzimento e limpeza mandamos em virtude de santa obediência ao muito reverendo padre Dom Abbade que ao menos huma vez cada triénio o faça limpar com brochas por oficial, ou pessoa inteligente [...]»⁵. (LESSA 1989: 184-198).

No caso do órgão, o instrumento por excelência no serviço musical religioso, os beneditinos construíram quase sempre novos instrumentos a partir dos existentes, acompanhando a evolução e aperfeiçoamento técnico da arte da organaria em Portugal. A contribuição dos beneditinos no desenvolvimento da arte barroca portuguesa e em particular no que diz respeito às caixas de órgãos, foi também de grande valia, tendo o seu máximo representante na figura setecentista de Fr. José de Santo António Vilaça. A sua influência está também patente no estilo barroco colonial de algumas igrejas beneditinas no Brasil.

Actualmente restam alguns fragmentos da caixa do órgão mudo (fachada) do lado da Epístola e a caixa do órgão do lado do Evangelho. Segundo Robert Smith as caixas dos órgãos são da autoria de Gabriel Rodrigues Álvares, o entalhador beneditino que construiu também as caixas dos dois órgãos da Igreja do Mosteiro de S. Bento da Vitória, no Porto. Na Capela do Santíssimo da igreja do mosteiro existe um órgão positivo (pequeno órgão de armário), do século XIX, com um teclado manual de 54 notas ladeado de 6 registos do lado esquerdo e 7 do lado direito.

2. Universidade do Minho, Arquivo Distrital de Braga, Fundo Monástico Conventual, Estados n° 118.

3. Universidade do Minho, Arquivo Distrital de Braga, Fundo Monástico Conventual, Estados n° 118.

4. Universidade do Minho, Arquivo Distrital de Braga, Fundo Monástico Conventual, Estados n° 118.

5. Universidade do Minho, Arquivo Distrital de Braga, Fundo Monástico Conventual, Estados n° 118.

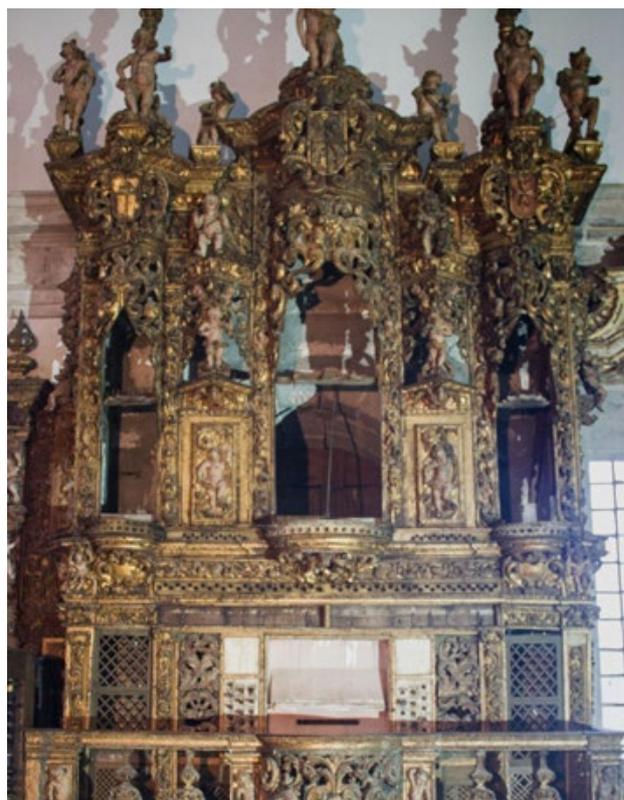
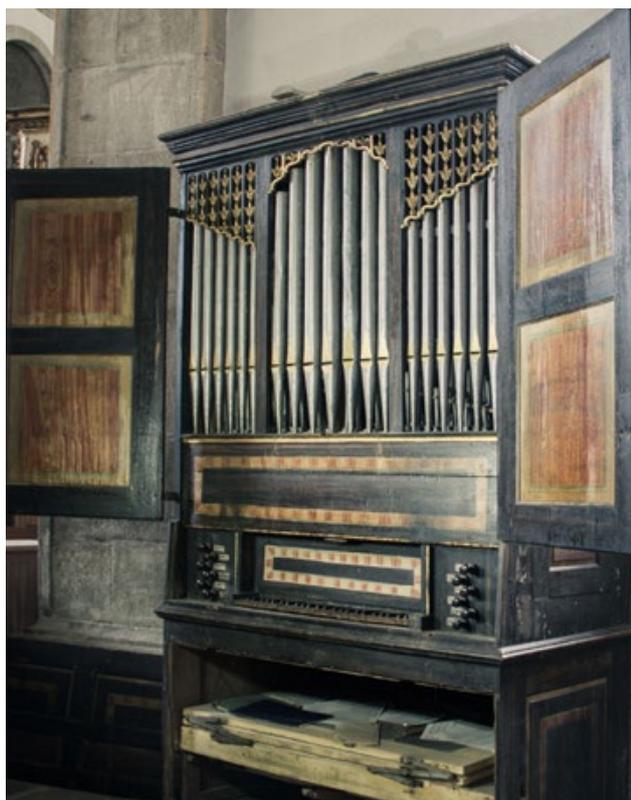


Fig.3 - Órgão positivo e fachada do órgão grande; Igreja do Mosteiro de Santo André de Rendufe (fot. de Sérgio Castro Vale, Universidade do Minho, Seminário de Estudos Musicológicos).

DA DESTRUIÇÃO À RECONSTRUÇÃO DO MOSTEIRO

Com a extinção das Ordens Religiosas e a desamortização dos seus bens, em 1833, a igreja ficou para o serviço religioso paroquial e a cerca e demais instalações foram vendidas a particulares. Em 1877, como já se afirmou, o edifício monástico foi devastado por um incêndio. Só em 1943, o mosteiro de Santo André de Rendufe foi considerado um bem patrimonial classificado como *Imóvel de Interesse Público*, pelo Decreto no 32 973, DG, 1.ª Série, n.º 175. A 30 de Abril de 1960, dá-se a derrocada da abóbada e telhado da igreja, provocando grandes danos na decoração interior. Mais de trinta anos depois, em 1992, o imóvel passa para a alçada do Instituto Português do Património Arquitetónico, pelo Decreto-lei 106F/92, DR, 1.ª série A, n.º 126. Segue-se em 1998, um Despacho de classificação de diversas estruturas existentes na Quinta do Mosteiro e em 2005, o estado compra aos proprietários da quinta do mosteiro parte da parcela de terrenos em redor do imóvel. Perante a degradação e abandono a que

o mosteiro é dotado a Câmara Municipal de Amares tenta promover em 2006 a instalação de um polo da Universidade do Minho e um alojamento para professores convidados nas dependências monacais de modo a garantir a recuperação e reabilitação do espaço. Porém o projecto não se concretiza. Em Março de 2010, o Estado adquire por 800 mil euros, a última ala do espaço conventual que ainda estava em mãos de privados. Em 2013, iniciou-se uma nova fase do mosteiro de Santo André de Rendufe. A sua reconstrução irá naturalmente conferir uma forma àquele espaço para exercer uma ou mais funções. Segundo informações divulgadas pela DRCN, o propósito é construir um espaço cultural, de promoção dos produtos locais, estando também em estudo a hipótese de criação de um albergue. A DRCN empenhada em divulgar e dar vida ao mosteiro, abriu as portas do mosteiro em obras, organizando visitas guiadas ao monumento ao longo do Verão de 2013.

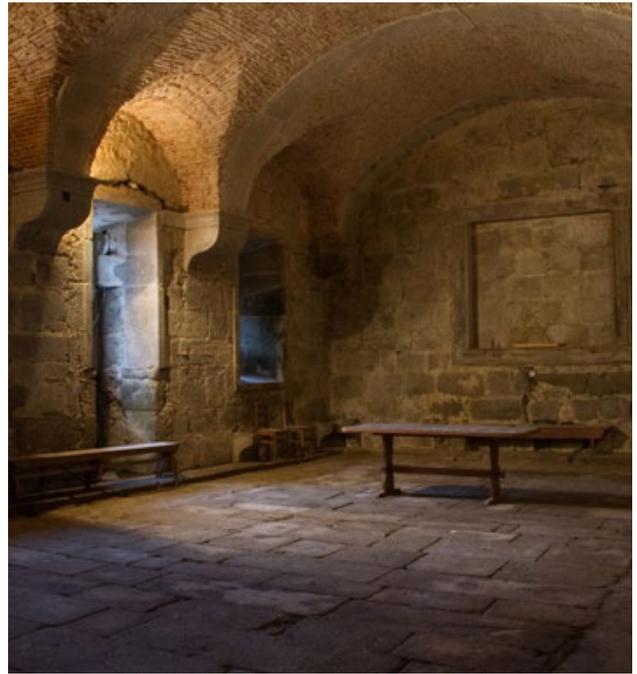


Fig.4 - Edifício conventual e refeitório do Mosteiro de Santo André de Rendufe (fot. de Sérgio Castro Vale, Universidade do Minho, Seminário de Estudos Musicológicos).

Com a extinção das Ordens Religiosas e a desamortização dos seus bens, em 1833, a igreja ficou para o serviço religioso paroquial e a cerca e demais instalações foram vendidas a particulares. Em 1877, como já se afirmou, o edifício monástico foi devastado por um incêndio. Só em 1943, o mosteiro de Santo André de Rendufe foi considerado um bem patrimonial classificado como *Imóvel de Interesse Público*, pelo Decreto no 32 973, DG, 1.ª Série, n.º 175. A 30 de Abril de 1960, dá-se a derrocada da abóbada e telhado da igreja, provocando grandes danos na decoração interior. Mais de trinta anos depois, em 1992, o imóvel passa para a alçada do Instituto Português do Património Arquitectónico, pelo Decreto-lei 106F/92, DR, 1.ª série A, n.º 126. Segue-se em 1998, um Despacho de classificação de diversas estruturas existentes na Quinta do Mosteiro e em 2005, o estado compra aos proprietários da quinta do mosteiro parte da parcela de terrenos em redor do imóvel. Perante a degradação e abandono a que o mosteiro é dotado a Câmara Municipal de Amares tenta promover em 2006 a instalação de um polo da Universidade do Minho e um alojamento para professores convidados nas dependências monacais de modo a garantir a recuperação e reabilitação

do espaço. Porém o projecto não se concretiza. Em Março de 2010, o Estado adquire por 800 mil euros, a última ala do espaço conventual que ainda estava em mãos de privados. Em 2013, iniciou-se uma nova fase do mosteiro de Santo André de Rendufe. A sua reconstrução irá naturalmente conferir uma forma àquele espaço para exercer uma ou mais funções. Segundo informações divulgadas pela DRCN, o propósito é construir um espaço cultural, de promoção dos produtos locais, estando também em estudo a hipótese de criação de um albergue. A DRCN empenhada em divulgar e dar vida ao mosteiro, abriu as portas do mosteiro em obras, organizando visitas guiadas ao monumento ao longo do Verão de 2013.

Os projectos de valorização, salvaguarda, fruição e sustentabilidade do património, devem investir em formas inovadoras de fruição patrimonial. Alguns mosteiros de Portugal e Espanha, entregues à ruína e abandono, foram recuperados e reutilizados com os seus espaços convertidos em hotéis e pousadas. Não estando em causa esta opção em determinados casos, quando os valores monumentais têm uma função inicial de natureza religiosa e nomeadamente, quando a igreja do mosteiro manteve essa função

cultural e religiosa deve, no nosso entender, ser considerada a possibilidade do espaço conventual acolher um projecto que de algum modo contemple essa dimensão. Porém, os desafios colocados à

disposição de quem tem a responsabilidade de gerir o património são enormes, porque além da qualidade e interesse das propostas importa a sua sustentabilidade.

QUE FUTURO PARA O MOSTEIRO DE RENDUFE?

Considerando Braga, como uma das cidades portuguesas com mais órgãos de tubos e o impressionante acervo de órgãos existente na cidade, no distrito e em toda a região norte; considerando ainda a herança cultural e musical da Congregação Beneditina e o património musical do Mosteiro de Santo André de Rendufe justifica-se neste mosteiro a criação de um projecto pluridisciplinar, que chame a si várias instituições da região, com vista à criação de um Centro de Estudos Musicológicos / Museu de Música Sacra e de *Oficinas-Escola* de Conservação e Restauro de livros litúrgico-musicais e de órgãos positivos. Naturalmente, e independentemente desta ou de outra visão para o futuro do Mosteiro é fundamental que a curto prazo, se realize o restauro do seu órgão de tubos, cuja fachada se encontra actualmente na Igreja.

Para a concretização de tal projecto a Direcção Regional de Cultura Norte teria de contar com uma equipa pluridisciplinar e a participação efectiva da Câmara Municipal de Amares, uma Escola de Ensino Profissional, a Universidade do Minho e a Arquidiocese de Braga. Assente em teorias museológicas preconizadas no âmbito das organizações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a reconversão deste património na esfera do *sagrado* colocá-lo-ia ao serviço da população contribuindo simultaneamente para o reforço da identidade local, para a consciencialização do valor patrimonial, para o desenvolvimento social, turístico e económico. O que se releva, no entanto, neste projecto é o facto de apontar para uma função de um espaço conventual que se enquadra no seu valor simbólico, na sua memória histórica⁶ (LESSA 1989: 184-198). E, se para o acervo musicológico do hipotético *Museu de Música Sacra* existem já objectos patrimoniais valiosos constituídos por um grande órgão, um órgão positivo e uma colecção de livros litúrgico-musicais dos séculos

XVII e XVIII, facilmente seria possível aumentar este acervo, contando com a oferta generosa de muitas igrejas que possuem órgãos positivos abandonados e livros litúrgicos em estado de degradação, justificando então a criação das *Oficinas-Escola* de Conservação e Restauro de livros litúrgico-musicais e de órgãos de tubos. As *Oficinas-Escola* que numa primeira fase poderiam funcionar como cursos de curta duração, seriam uma alternativa para jovens estudantes de música que não querendo seguir uma carreira na área da interpretação musical, poderiam encontrar uma profissão de futuro na área musical. Uma oferta de formação com o objetivo de dotar os formandos de conhecimentos teóricos e capacidades práticas de base à execução de trabalhos de conservação e restauro de um património valioso que cada dia que passa se vai perdendo. Paralelamente e à semelhança de outras instituições como o Museu da Música, o *Museu de Música Sacra* prestaria um conjunto de serviços e actividades diversificadas nos campos da extensão cultural, com visitas guiadas, workshops musicais (a título de exemplo um curso intensivo de canto gregoriano), recitais e concertos, conferências; centro de documentação/ biblioteca; loja de produtos regionais e em particular beneditinos (como o famoso licor de Singeverga ou as bolachas de Santa Escolástica). Iniciativas afinal, passíveis de serem auto-financiadas na sua maioria com a possibilidade de realização de estágios e equipas de voluntariado, numa estratégia de investimento no património monástico enquanto recurso cultural e artístico.

E, se no passado tantas vezes se ouviu cantar no Mosteiro de Santo André de Rendufe o *Hino Te Deum Laudamus*, se tantas vezes saíram do órgão os sons magníficos de uma *Batalha* ou de um *Tento*, porque não se pode hoje voltar a ouvir esses e outros *Louvores ao Divino*?

6. UM, ADB, CSB, *Visitas do Geral* n.º 163.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LESSA, Elisa – *Os Mosteiros Beneditinos Portugueses (séculos XVII a XIX), Centros de Ensino e Prática Musical*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FCSH/Universidade Nova, 1989 [policopiada].

MATTOSO, José – «O Mosteiro de Rendufe (1090-1570)». *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal. Vol XXIII (1969) 45-106.

MARTINS, Mário SJ – *Laudes & Cantigas Espirituais do Mestre André Dias*. Singeverga: Mosteiro de Singeverga, 1951.

OLIVEIRA, Paulo João da Cunha – «Miguel Fernandes, Mestre Pedreiro de Rendufe, Alpendurada e Tibães (1716-1731)». *Revista Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR. 9 (2006) 159-171.

RAMOS, Luís A. de Oliveira – «Frei Francisco de S. Luís no Minho». *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XX-Fasc. 45-46 (57-58), 1967, pp. 3-4.

RODRIGUES, Nuno Paulo – *Sé de Braga "Reflexões para a valorização da Herança Religiosa e Patrimonial"*. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo. Guimarães: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2005.

SMITH, Robert C. – «Santo André de Rendufe – Subsídios para a História da sua Igreja durante o século XVIII». *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal. 23: 68 (1969) 7-44.

SOUSA, D. Gabriel de – «O Mosteiro de Rendufe na Congregação Beneditina Portuguesa». *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal. Vol XXXV, n.º 79-80 (1981).